

A relevância e influência de linguagens documentárias na política de tratamento da informação

Cristina Miyuki Narukawa
Rodrigo Sales

Como citar: NARUKAWA, Cristina Miyuki; SALES, Rodrigo. A relevância e influência de linguagens documentárias na política de tratamento da informação. *In:* LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 153-168.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-199-7.p153-168>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 6

A RELEVÂNCIA E INFLUÊNCIA DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS NA POLÍTICA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cristina Miyuki Narukawa

Rodrigo Sales

INTRODUÇÃO

A questão do crescimento da produção técnica e científica tem sido cenário de debate por trazer à tona aspectos relacionados às dificuldades de disponibilização e acesso às informações, contexto que dimensionou a necessidade de discussões de cunho teórico e metodológico na Ciência da Informação. Nesse sentido, a área da Ciência da Informação tem buscado desenvolver soluções para minimizar esses problemas, recorrendo a teorias e metodologias diversas. Nesse contexto, o quadro instrumental também é foco investigativo, pois é composto por instrumentos intelectualmente criados no espaço teórico-metodológico para melhor construir tanto o universo epistemológico quanto o ambiente aplicado. Na linha investigativa da Organização e Representação da Informação o quadro instrumental é constituído pelas chamadas linguagens documentais¹¹.

Para se pensar a respeito das linguagens documentais são necessários esclarecimentos conceituais de alguns aspectos inerentes que estão contextualizados de forma ampla no ciclo documental. Considerando o ciclo de operações documentais, em que a atividade de tratamento da informação – na

¹¹ O emprego dos termos linguagem documental e análise documental, em vez de linguagem documentária e análise documentária, se deve ao respeito à língua portuguesa, que determina o uso do sufixo 'al' para os adjetivos derivados de substantivos terminados em 'nto'.

qual se insere o tratamento temático – opera como fase intermediária entre a coleta e a difusão da informação, verifica-se que o tratamento da informação é uma etapa primordial por oferecer condições para que a etapa subsequente possa ser desenvolvida satisfatoriamente, permitindo que as informações coletadas sejam recuperadas, suprimindo necessidades de informação.

É na etapa de tratamento da informação que se desenvolvem as atividades nas quais o conteúdo do documento é identificado, representado e de alguma forma disponibilizado para permitir seu acesso. Como explica Guimarães (2003, p.100), o tratamento é uma etapa intermediária “voltada primordialmente para a garantia de um diálogo entre o produtor e o consumidor da informação, assumindo, destarte, uma função de verdadeira ponte informacional.” Dessa forma, o tratamento pode ser considerado fator condicionante na concretização do ciclo documental. Alguns pesquisadores, Carneiro (1985), Nunes (2004), Gil Leiva (2008a e 2008b), Gil Leiva, Rubi e Fujita (2008), Fujita, Rubi e Boccato (2009) e, Fujita (2003b) vêm conclamando a necessidade da concepção de políticas que formalizem os processos que envolvem o tratamento temático.

De acordo com Gil Leiva (2008b), políticas de Tratamento Temático da Informação (TTI), podem ser entendidas como a iniciativa de materializar em guias ou manuais os procedimentos adotados para o tratamento temático da informação. Ora, se a concretização do ciclo documental depende de maneira desejável do tratamento temático da informação, é seguro inferir que depende também de maneira fundamental dos instrumentos que suportam tal tratamento.

O trabalho que se segue é uma tentativa de elucidar a importância e a influência que as linguagens documentais exercem no tratamento temático da informação, conseqüentemente, na concepção de suas políticas. Partindo do pressuposto de que para um adequado tratamento temático é necessário um adequado procedimento terminológico e instrumental, apresenta-se, como contribuição ao universo investigativo, um mapeamento sistemático das teorias e autores que tratam da questão das linguagens documentais.

TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO: MARCO TEÓRICO I

Partindo da ótica de que a Ciência da Informação é o campo científico que abriga a prática profissional da Biblioteconomia, nota-se que o Tratamento Temático da Informação (TTI) ocupa posição central, pois é responsável pela mediação entre a produção e o consumo da informação, exercendo a tarefa fundamental de dar acesso ao conteúdo documental.

O termo Tratamento Temático da Informação começou a ser difundido na década de 1970 a partir da denominação cunhada por Anthony Charles Foskett “*subject approach to information*” (GUIMARÃES, 2008).

É importante destacar que o tratamento temático da informação, embora abordado na Biblioteconomia como uma operação inserida no ciclo documental, não é visto atualmente apenas como processo técnico de caráter operacional, mas sim como uma área de investigação científica preocupada com o desenrolar teórico e funcionamento prático dos fluxos informacionais. Constatação disso são os trabalhos de Liberatore e Guimarães (2004), Guimarães, Danuello e Menezes (2004), e Guimarães (2008), que, abordando o TTI como área, expõem detalhadamente seus elementos constituintes: processos, produtos e instrumentos. O desenvolvimento do TTI como área de conhecimento é historicamente composto por três abordagens teóricas, a catalogação de assunto, a indexação e a análise documental.

A primeira abordagem, catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência norte-americana (particularmente da Escola de Chicago), está ligada à atividade profissional em bibliotecas e tem como principal produto de TTI o catálogo, notadamente impulsionado pelos princípios da catalogação alfabética e dos cabeçalhos de assunto. Essa abordagem teve como marco inicial os trabalhos realizados pela *Library of Congress* e pelo bibliotecário norte-americano Charles Ammi Cutter. A segunda abordagem, indexação (*indexing*), de influência britânica, amplia a atenção do fazer bibliotecário também para os centros especializados de documentação, concebendo iniciativas de caráter teórico para a concepção de linguagens de indexação, tesouros, tendo como produto de TTI os índices. Teve como mentores “Foskett, Austin, Farradane, Metcalfe, Aitchinson, Gilchrist e Lancaster” (GUIMARÃES, 2008, p. 83). A terceira abordagem é a análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa, focada na compreensão da própria operação de TTI e seus procedimentos técnicos. Tem como mentor Jean-Claude Gardin.

É prudente dar atenção às concepções que dão forma a um quadro de ideias não convergentes no tocante à análise documental e à indexação. Porém, antes de entrar nas diferentes visões que as envolvem, é necessário um esclarecimento do que por ora se entende por ciclo documental no fazer biblioteconômico.

Segundo Kobashi (1994) e Fujita (2003b), o ciclo documental é composto por três operações básicas: coleta de documentos, tratamento de documentos e difusão de documentos. As mesmas operações são indicadas por Guinchat e Menou (1994), com uma pequena variação terminológica, ao referir-se à coleta de documentos, tratamento intelectual e difusão da informação.

Guimarães (2003) acrescenta algumas operações ao afirmar que o ciclo informacional como fazer documental é composto por: produção, tratamento ou organização, recuperação, disseminação e uso. Gil Leiva (2008b) faz uso da expressão ‘processo técnico documental’, dizendo ser “o conjunto de operações dirigidas à seleção, à aquisição, ao registro e ao tratamento dos documentos com o fim de possibilitar seu armazenamento e recuperação, e sua posterior difusão” (p. 55) (tradução livre).

Observa-se que as definições, a despeito de variações de caráter terminológico, são unânimes em colocar o tratamento da informação como etapa intermediária e mediadora no ciclo documental. Essa etapa é formada pelos tratamentos descritivo (catalogação) e temático (classificação, indexação e resumos) da informação. O tratamento descritivo está “[...] relacionado aos aspectos mais objetivos capazes de identificar extrinsecamente um documento”, e o tratamento temático “[...] visa caracterizar o documento do ponto de vista de seu conteúdo” (DIAS; NAVES, 2007, p.17). É na etapa do tratamento temático que este trabalho situa sua reflexão, e é justamente nessa operação que se situam diferentes concepções para indexação e análise documental.

A análise documental pode ser entendida sob dois aspectos: a) enquanto área de investigação dos aspectos teóricos e metodológicos concernentes ao tratamento da informação abrangendo as atividades de indexação, classificação e elaboração de resumos, considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação (FUJITA, 2003a), e b) sob o ponto de vista metodológico, compreendendo três operações: análise, síntese e representação da informação (KOBASHI, 1994).

O termo Análise documental foi cunhado na década de 1980 por Jean-Claude Gardin como “um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (GARDIN, 1981, p. 29). Segundo Fujita (2003b), a corrente de pesquisadores franceses, que adota a expressão Análise Documental com base na concepção de Gardin, possui diversos seguidores: Chaumier, Kobashi, Smit, Tálamo, Ginez de Lara, Cintra, Cunha, Guimarães, Fujita, Gil Leiva, Ruiz Perez, Pinto Molina, entre outros. Nessa ótica, a indexação é uma atividade inserida na Análise Documental, mais especificamente na fase final, em que se utilizam as linguagens documentais para a geração de produtos documentários (índices e notações classificatórias, etc), a chamada fase da representação (GUIMARÃES, 2000).

Sob a ótica dos investigadores espanhóis, Fujita (2003b) informa que, a análise documental está no nível da forma - análise descritiva ou bibliográfica (tratamento físico), e no nível do conteúdo - destinada à representação condensada

do assunto intrínseco ou extrínseco do documento (tratamento temático). Nota-se que, enquanto a linha francesa credita à análise documental somente o tratamento de conteúdo, a linha espanhola abarca na análise documental tanto o tratamento temático quanto o descritivo.

Há ainda uma corrente inglesa, que advoga a favor da ideia de conceber a indexação como o processo em si, e não como uma atividade inserida à análise documental. Nessa ótica, análise documental e indexação são o mesmo processo, sendo a análise de assuntos uma etapa inicial da indexação. Fortalecendo essa perspectiva estão, segundo Fujita (2003b), Foskett, Lancaster, Campos, Van Slype, Farrow e outros.

Dialogando mais de perto com a corrente francesa, prefere-se, por ora, entender a análise documental como condição necessária para que as atividades de indexação, classificação e elaboração de resumos se concretizem, assumindo a posição de que a análise documental se insere exclusivamente no tratamento 'temático' da informação²². Assim, ao referir-se as linguagens documentais faz-se alusão especificamente à representação da informação nas atividades de indexação e classificação. São nessas atividades que ocorre a aplicação de linguagens documentais.

Nesse sentido, as linguagens documentais são consideradas instrumentos intermediários, por meio dos quais se realiza a tradução das informações que foram identificadas e selecionadas na análise documental para representação. Em um segundo momento, as linguagens documentais servem para a tradução das necessidades informacionais do usuário em termos de busca para recuperação. Quando ocorre a compatibilidade entre a representação dessa necessidade de busca e a representação do conteúdo temático dos documentos, é que efetivamente ocorre a recuperação da informação. Por esse motivo, as linguagens documentais também são concebidas como instrumentos de comutação documental Cintra et al. (2002). E mais, são instrumentos de controle terminológico, fato que as tornam imprescindíveis para o fluxo de informações registradas, seja no tratamento temático, seja na recuperação (difusão) do documento. Observa-se com isso que as linguagens documentais não instrumentalizam somente a etapa do tratamento temático, mas também a etapa subsequente da difusão documental³³ (sobremaneira na recuperação por parte do usuário), fato que permite já esboçar uma compreensão sobre a importância e a influência que essas linguagens possam exercer sobre as políticas de TTI.

² Considera-se aqui, que a realização do tratamento descritivo não passa por uma etapa de análise e síntese, muito menos de representação.

³ Seria imprudente pensar sobre um tratamento de informação sem levar em conta sua posterior recuperação.

Portanto, as decisões que incidem sobre a linguagem documental no sistema de informação merecem atenção por sua importância estratégica na representação e na busca para recuperação da informação. A perspectiva sobre as linguagens documentais no contexto mais amplo do tratamento temático da informação é fundamental na medida em que as decisões que incidem sobre esses instrumentos influenciam os resultados do processo e conseqüentemente as atividades do sistema de informação como um todo.

POLÍTICAS DE TTI: MARCO TEÓRICO II

Para melhor compreensão dos aspectos que constituem o planejamento dos fazeres de um sistema de informação (e conseqüentemente, para o sucesso desses fazeres), tendo em vista sua missão e seus objetivos, a definição de políticas que norteiam a prática das atividades desenvolvidas no sistema é fundamental. Um sistema de informação é o que podemos considerar como uma organização que somente se desenvolve a partir dos esforços de concretização dos objetivos específicos de todas as atividades envolvidas e que na realidade revelam um objetivo em comum.

A política de TTI, também conhecida como política de indexação, constitui-se na formalização dos processos, procedimentos, instrumentos e toda filosofia profissional subentendida nas atividades de tratamento temático da informação que servem como diretriz no desenvolvimento dessas atividades. Para Carneiro (1985), essa política pode ser entendida como um guia para tomada de decisões, fundamental para determinar o tipo de serviço oferecido, para identificar os usuários, e conseqüentemente atender suas necessidades informacionais, e definir os recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação da informação. Dessa forma, a política de TTI é uma decisão gerencial que está relacionada à otimização de serviços, à racionalização de processos e à consistência das operações de tratamento e organização dos conteúdos informacionais (GUIMARÃES, 2000) influentes em todos os processos do sistema de informação.

Para Gil Leiva (2008b), política de indexação (política de TTI) é entendida como a forma de realizar a indexação de determinada instituição, e, a iniciativa de materializar em guias ou manuais os procedimentos adotados para a indexação. É por meio dos manuais que novos indexadores serão formados e capacitados. Quando o autor discorre sobre as políticas de indexação de forma geral, fica clara a preocupação com os cabeçalhos de assunto a serem empregados no processo, o que evidencia o fundamental papel das linguagens documentais.

Nunes (2004,, p. 1), afirma que política de indexação é

[...] uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.

Ao discorrer a respeito dos elementos que compõem uma política de indexação, o autor esclarece a importância das linguagens de indexação, ressaltando a necessidade de atualização, ou adaptação, dessas linguagens, para o sucesso do tratamento temático documental de uma unidade de informação junto ao seu público/usuário.

Ao abordarem as políticas de TTI no contexto das bibliotecas universitárias, Fujita, Rubi e Boccato (2009) afirmam que essas políticas são imprescindíveis porque visam à gestão da informação e dão visibilidade na recuperação, além de explicitarem condutas teóricas e práticas adotadas pelas equipes responsáveis pelo tratamento da informação. Assim sendo, verifica-se que as políticas estão relacionadas tanto ao TTI como processo técnico quanto ao TTI como campo de pesquisa.

Gil Leiva, Rubi e Fujita (2008), ao buscarem elementos que direcionassem o trabalho de avaliação de índices de consistência de indexação, nortearam-se pela compatibilidade entre as linguagens documentais, a atualização constante das mesmas, e pela presença ou não de políticas de TTI bem definidas, como fatores determinantes, e influenciadores, para uma indexação consistente. Fica mais uma vez evidente a relação de 'desejada' dependência entre políticas de TTI e linguagens documentais.

Entre os elementos da política de TTI, a decisão sobre a escolha da linguagem do sistema de informação é destacada por Carneiro (1985) como a decisão que influencia diretamente o desempenho do sistema tanto na estratégia de busca quanto na indexação. Por isso, torna-se essencial formalizar uma política de indexação que privilegie a linguagem documental, entendendo que a decisão sobre o tipo de instrumento de representação adotado exerce total influência na forma como o conteúdo temático será representado e recuperado. Assim, diferentes tipos de linguagens documentais pressupõem diferentes processos de tratamento da informação e desse modo, diferentes produtos são gerados para diferentes objetivos de recuperação.

As diretrizes de uma política de TTI precisam estar devidamente fundamentadas para que as decisões tomadas durante o processo de indexação possam proporcionar qualidade nos resultados oferecidos aos usuários na recuperação da informação. Quanto às decisões diretamente relacionadas às

linguagens documentais no âmbito das políticas de TTI, podem-se ressaltar algumas com o apoio de Carneiro (1985):

- aplicação de uma linguagem livre ou controlada que pressuponha uma teoria, uma filosofia de trabalho que implicam diferentes finalidades;
- atribuição de uma linguagem para cada área de especialidade coberta pelo sistema de informação ou apenas uma linguagem com a cobertura de todas as áreas;
- adaptação de uma linguagem existente de outro sistema de informação⁴⁴ ou desenvolvimento de uma linguagem pelo próprio sistema;
- compatibilidade entre o nível de especificidade da linguagem adotada com o nível de especificidade exigido na análise documental realizada pelo sistema;
- zelo pelos procedimentos que envolvem a utilização da linguagem pelo indexador no momento da representação da informação;
- disponibilização da linguagem utilizada na indexação para o usuário na interface de busca (terá a mesma estrutura de apresentação?);
- atualização da linguagem documental;
- participação em uma rede cooperativa, ou seja, outros sistemas também compartilham da mesma linguagem (condições de uso exigidas na rede, e se atende às necessidades específicas do sistema de informação).

Essas decisões incidem diretamente no sucesso ou não do fazer profissional nos sistemas informacionais, sobretudo na operação do tratamento temático – particularmente na representação do conteúdo documental – e na operação da difusão – particularmente na recuperação da informação. Por isso, considera-se de suma importância o embasamento teórico sobre as linguagens documentais. Tomar conhecimento de suas reais concepções pode contribuir para melhor definir diretrizes e desenvolver políticas de tratamento temático da informação.

LINGUAGENS DOCUMENTAIS: MARCO TEÓRICO III

É importante frisar que a preocupação em relacionar as linguagens documentais (LDs) às políticas de TTI não se limita ao ganho que isso traz ao procedimento operacional dos sistemas de informação, mas sim à melhor compreensão do TTI como área investigativa. Como explicam Liberatore e

⁴ É necessário atenção ao fato de que as traduções e adaptações de linguagens documentais externas muitas vezes podem não refletir a realidade organizacional, regional ou mesmo nacional de determinado sistema de informação.

Guimarães (2004), Guimarães, Danuello e Menezes (2004), e Guimarães (2008), com base na determinação do *VI Encontro de Diretores e Docentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul* em 2002, a construção teórica da área de TTI passa também pela construção de instrumentos (linguagens documentais) de organização e representação do conhecimento. Segundo os autores, são três as facetas que compõem esse campo teórico: os processos, os produtos e os instrumentos. São nos instrumentos que concentram-se as reflexões por ora apresentada.

Conforme determinado pelo Encontro citado acima, os instrumentos desenvolvidos e aplicados no TTI, doravante chamados de linguagens documentais (LDs) são: Classificações, Listas de Cabeçalhos de Assunto, Tesouros, Terminologias e Ontologias. No âmbito do presente trabalho, abordam-se como linguagens documentais aquelas que segundo a literatura vêm sendo efetivamente utilizadas nos sistemas de informação: sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, taxonomias e ontologias.

Também conhecidas como modelos, instrumentos ou sistemas de representação do conhecimento, as LDs são linguagens artificialmente construídas e constituídas de sistemas simbólicos (termos, notações alfa-numéricas, símbolos etc.) que visam descrever sinteticamente conteúdos documentais, e são utilizadas nos sistemas documentários para o tratamento e recuperação da informação. As LDs variam quanto às funções: os sistemas de classificação servem tanto para dar ordem às disciplinas quanto para a organização de coleções bibliográficas; as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros servem para controlar a terminologia adotada nos processos de indexação e recuperação da informação; as taxonomias são usadas para a organização e recuperação de informações em empresas e instituições; e as ontologias visam formalizar uma estrutura terminológico-conceitual em ambientes digitais.

Piedade (1983) define esquemas de classificação como estruturas de ideias (classes) ordenadas sistematicamente de maneira coordenada e subordinada. A autora cita como os principais: Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal, Classificação de Cutter, Classificação da Biblioteca do Congresso Americano, Classificação de Brown, Classificação de Bliss e Classificação de Ranganathan. Langridge (1977) sob uma ótica mais relacionada à organização do conhecimento em ambientes informacionais, afirma que as classificações além de identificar itens informacionais, demonstram a gama de assuntos e suas relações em um acervo bibliográfico.

As listas de cabeçalhos de assunto são listas de termos rigorosamente estruturadas que operam como um vocabulário controlado, e, os termos devem ser escolhidos em um léxico específico já existente. Essas listas são compostas

por: um vocabulário, que é uma lista de termos aprovados para representar assuntos; uma gramática, que é rigorosa quanto ao controle de sinônimos, quase-sinônimos e homógrafos e; regras, que estabelecem o uso da linguagem (CESARINO e PINTO, 1978).

Gomes (1990) define tesouro como “linguagem documentária dinâmica que contém termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento” (GOMES, 1990, p.16). Van Slype (1991) afirma que tesouro é “una lista estructurada de conceptos, destinados a representar de manera unívoca el contenido de los documentos y de las consultas dentro de un sistema documental determinado, y a ayudar el usuario en la indización de los documentos y de las consultas” (VAN SLYPE, 1991, p. 23-24).

O tesouro é caracterizado pela especificidade e pela complexidade existente no relacionamento entre os termos. Geralmente é temático, voltado para uma área específica de conhecimento, ou criado de forma multidisciplinar objetivando solucionar um problema em especial (SALES, 2008).

Segundo Campos e Gomes (2008), as taxonomias atualmente são estruturas classificatórias que têm por finalidade servir de instrumento para a organização e recuperação de informação em empresas e instituições. Estão sendo vistas como meios de acesso atuando como mapas conceituais dos tópicos explorados em um serviço de recuperação. O desenvolvimento de taxonomias para o negócio da empresa tem sido um dos pilares da gestão da informação e do conhecimento.

Em cenário mais recente, no contexto específico da Ciência da Informação, surgem as ontologias, como instrumentos que podem ser adotados como linguagem documental. As ontologias, nessa ótica, são aparatos da Engenharia Computacional que, constituídos por uma terminologia específica e por regras de inferências, possibilitam a formalização de uma estrutura conceitual de dado domínio.

Uma ontologia é uma especificação formal e explícita de uma conceitualização compartilhada (Gruber, 1993). Ding e Foo (2001) afirmam ser ontologia uma estrutura de termos que possibilita o compartilhamento de informações de determinado domínio do conhecimento, sendo que domínio pode também ser entendido como uma tarefa específica.

Soergel (1999) afirma que ontologias podem ser entendidas como a *reinvenção* das classificações, na medida em que parte de seu estudo é classificação das coisas e tipos das coisas (concretas e abstratas). Sendo assim, o termo ontologia assumiria o significado de uma classificação superficial adicional das categorias básicas das coisas.

Dado o contexto aqui exposto, o que se segue é a apresentação sistematizada de teorias e autores quem vêm subsidiando teoricamente os estudos de linguagens documentais no âmbito da organização e representação da informação. Tal apresentação contribui efetivamente para auxiliar o desenrolar de pesquisas relacionadas às LDs e às políticas de TTI, que, como já foi destacado, estão ligadas tanto pela área quanto pela operação técnica do tratamento temático da informação.

QUADRO TEÓRICO PARA AS LINGUAGENS DOCUMENTAIS: UM MAPEAMENTO

Para o mapeamento das teorias e autores relacionados às linguagens documentais foi construído primeiramente um corpus de análise, ou seja, foi definido o universo de documentos a serem analisados - exclusivamente artigos científicos. Para tanto, utilizou-se como fonte os currículos disponibilizados pela Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>). A Plataforma Lattes é a base de dados de currículos e instituições das áreas de Ciência e Tecnologia, desenvolvida e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - uma das agências de fomento à pesquisa do Governo Brasileiro. O levantamento foi realizado nos meses de junho/2009 e julho/2009.

Primeiramente foi realizada uma busca de currículos, por assunto, na interface da Plataforma Lattes. O levantamento foi efetuado nas bases dos currículos dos Doutores. A cobertura foi de dez anos, com artigos publicados na década de 2000 a 2009. Foram selecionados apenas os currículos cuja produtividade indicava pelo menos 50% de relação com o tema, baseado no indicador de frequência relativa dos termos de busca sobre o currículo encontrado, mecanismo concedido pela própria plataforma. Como resultado do levantamento obteve-se 37 currículos. Em cada currículo foi verificada a parte destinada aos artigos publicados, e constatou-se um montante de 60 artigos publicados com os assuntos buscados. Cada artigo foi lido integralmente, e foram devidamente registrados os autores e as teorias utilizadas para abordar o assunto principal do texto.

Para uma adequada visualização deste mapeamento foram elaborados quadros teóricos de maneira a sistematizar, primeiramente as teorias utilizadas para fundamentar às linguagens documentais em um âmbito geral (Quadro 23), posteriormente as teorias utilizadas para fundamentar as linguagens documentais específicas (Quadro 24), conforme apresentado abaixo.

Quadro 22 – Teorias Abordadas para LDs

Linguagens Documentais:	Teoria do Conceito; Teoria Geral da Terminologia (TGT); Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); Teoria Cognitiva da Recuperação da Informação; Linguística Documental; Teoria da Semiótica ; Teoria da Semiologia; Análise do Discurso; Teoria da Classificação Facetada; Socioterminologia; Teoria Sociocognitiva da Terminologia ou Socioontologia; Terminologia Cultural; Sociolinguística.
-------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 23 é composto pelas teorias identificadas nos artigos analisados para tratar e definir o conceito de linguagens documentais. Percebe-se uma interdisciplinaridade que varia entre teorias relacionadas a áreas como a Filosofia (Teoria do Conceito), Biblioteconomia (Classificação Facetada⁵⁵), Terminologia (TGT, TCT, Socioterminologia, Teoria Sociocognitiva da Terminologia e Terminologia Cultural), Linguística (Sociolinguística, Análise do Discurso), Documentação (Linguística Documental), Ciência da Informação e da Computação (Teoria Cognitiva da Recuperação da Informação⁶⁶), Semiologia e Semiótica.

Quadro 23 – Teorias Abordadas por Tipos de LDs

LDs	TEORIAS
Sistemas de Classificação	Teoria do Conceito; Teoria da Classificação; Teoria da Classificação Facetada.
Listas de Cabeçalho de Assunto	_____
Tesauros	Teoria do Conceito; Teoria da Classificação; Teoria Geral da Terminologia (TGT); Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

⁵ Embora a Teoria da Classificação Facetada tenha sido criada com base na lógica das facetas, o que permitiria afirmar até mesmo que é uma teoria da Filosofia, essa é uma teoria desenvolvida pelo bibliotecário indiano Shiyali R. Ranganathan na década de 1930, para organizar o acervo da Biblioteca da Universidade de Madras. Portanto uma teoria criada no campo da Biblioteconomia para atividade biblioteconômica.

⁶ Segundo Ingwersen citado por Boccatto e Fujita (2006, p. 274), “a teoria cognitiva da recuperação da informação, como denomina a recuperação da informação interativa, isto é, pela abordagem cognitiva, engloba a base do modelo tradicional de recuperação da informação, agregando a esta, os criadores do sistema de informação, o profissional da informação, os autores dos documentos, bem como os aspectos que influem no estado cognitivo e emocional do usuário”.

Ontologias	Teoria do Conceito; Teoria da Classificação; Teoria da Classificação Facetada; Teoria Geral da Terminologia (TGT); Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); Teoria Geral de Sistemas ou Teoria da Modelização; Modelização de Domínios de Conhecimento; Visão Sócio-Cognitiva de Análise de Domínios; Modelos Orientados a Objetos.
Taxonomias	

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 23 apresenta os suportes teóricos separados por tipo de linguagem documental. Nota-se que os artigos analisados referentes às listas de cabeçalhos de assuntos e taxonomias não lançaram mão de teorias para fundamentar suas definições.

Destaca-se o emprego predominante das teorias do Conceito e da Classificação nos textos relativos aos sistemas de classificação, tesouros e ontologias, e, a adoção das teorias da área da Terminologia para os textos relacionados aos tesouros e ontologias. É possível observar também que, em se tratando de ontologias, há uma inserção de teorias adotadas pelas áreas de desenvolvimento tecnológico (como Engenharia e Arquitetura Computacional). A teoria Geral de Sistemas, por exemplo, que é uma teoria desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, e que teve aplicação em área tal como a Administração, vem sendo utilizada para o desenvolvimento de tecnologias da informação em empresas, um dos campos de atuação das ontologias. Princípios de domínios de conhecimento e objetos digitais também vêm propiciando fundamentações teóricas aos estudos de ontologias.

Pensadores, pesquisadores e professores são os formadores dos referenciais teóricos de qualquer área do conhecimento. Sendo assim, a elaboração de quadros teóricos que explicitem os autores utilizados para argumentar e conceitualizar as LDs, também se faz pertinente. Para tanto, verificou-se, com base nos registros dos 60 artigos analisados, os autores que predominantemente estão sendo utilizados como referencial teórico para estudos de LDs. Foram listados nos quadros abaixo (Quadros 25 e 26) somente os autores que foram citados mais de uma vez nos artigos analisados. A exemplo do ocorrido com as teorias, optou-se pela sistematização de quadros que primeiramente apresentam os autores citados nos artigos que definem o conceito de linguagem documental

em âmbito geral (Quadro 24), e, posteriormente, os autores citados nos artigos que tratam especificamente dos tipos de LDs (Quadro 26).

Não se trata de uma análise de citações, pois o procedimento aqui adotado privilegiou a leitura integral dos artigos, e registrou somente aqueles citados mais de uma vez, associando-os aos temas por eles abordados.

Quadro 24 – Autores Relacionados às LDs

Linguagens Documentais	LARA, M. L. G. de.; CABRÉ, M. T.; TÁLAMO, M. F. G. M.; FUJITA, M. S. L.; GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; CINTRA, A. M. M.; KOBASHI, N. Y.; LANCASTER, F. W.; NARDI, M. I. A.; CAMPOS, M. L. de A.; FOSKETT, A. C.; DAHLBERG, I.; MELO, L. B.; GOMES, H. E.; STREHL, L.; AFFONSO, L. da B. M. F.; VALDÉS ABREU, M. de la C.; JIMÉNEZ MIRANDA, J.; GUIMARÃES, J. A. C.; RODRÍGUEZ CAMIÑO, R.; PELLIZZON, R. de F.; OTERO, P. FAGUNDES, S. A.; AMARO, R. K. O.; GARDIN, J.-C.; SMIT, J. W.; KRIEGER, M. da G.; DUBUC, R.; RANGANATHAN, S. R.; VICKERY, B. C.; PEIRCE, C. S.; NAVES, M. M. L.; RIVER, A.; SVENONIOUS, E.; HUTCHINS, W. J.; VIET, J.; AITCHINSON, J.; GILCHRIST, A.; WUSTER, E.; GAUDIN, F.; SAUSSURE, F.; HERMANS, A.; SAGER, J. C.; CARNEIRO, M. V.; HJORLAND, B.
------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores

Tanto a apresentação do Quadro 24 quanto a do Quadro 25 está organizada por ordem dos autores mais citados, ou seja, em ordem decrescente dos mais citados para os menos citados.

Quadro 25 – Autores Relacionados aos Tipos de LDs

LDs	AUTORES
Sistemas de Classificação	RANGANATHAN, S. R.; VICKERY, B. C.; MANIEZ, J.; LANGRIDGE, D.; CAMPOS, M. L. de A.; WEINBERG, B. H.; GOMES, H. E.; SHERA, J. H.
Listas de Cabeçalho de Assunto	WELLISCH, H. H.; AUSTIN, D.
Tesauros	CAMPOS, M. L. de A.; DAHLBERG, I.; MOTTA, D. F.; VICKERY, B. C.; CURRÁS, E.; GOMES, H. E.; LARA, M. L. G.; RANGANATHAN, S. R.; CABRÉ, M. T.; WUSTER, E.; LANCASTER, F. W.; SOERGEL, D.; GILCHRIST, A.; DODEBEI, V. L. D.; CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y.; FUGMAN, R.; GARCIA GUTIERREZ, A.; WITTGENSTEIN, L.; FELBER, H.

Ontologias	GUARINO, N.; GRUBER, T. R.; SOWA, J. F.; CAMPOS, M. L. de A.; DING, Y.; FOO, S.; SOERGEL, D.; MCGUINNESS, D. L.; DAHLBERG, I.; USCHOLD, M.; NOY, F. N.; GIARETTA, P.; MOREIRA, A.; ALMEIDA, M. B.; SURE, Y.; GRÜNINGER, M.; SMITH, B.; VICKERY, B. C.; GILCHRIST, A.; CORAZZON, R.; CAMPOS, L. M.; SALES, L. F.; FERNANDEZ, M.; GOMEZ-PEREZ, A.; KING, M.; RANGANATHAN, S. R.; HJORLAND, B.; LANCASTER, F. W.; GOMEZ-PÉREZ, A.; STUDER, R.; WUSTER, E.; SAGER, J. C.; GARCIA JIMÉNEZ, A.; BAX, M. P.; JASPER, R.; WELTY, C.; CABRÉ, M. T.; JACOB, E. K.
Taxonomias	GILCHRIST, A.; BAILEY, K. D.; OPDAHL, A. L.; SINDRE, G.; VICKERY, B. C.; WILSON, T. D.; KANDELAKI, T. I.; MARTÍNEZ, A.; RISTUCCIA, C.; PISARELLO, R.; STUBBS, E.; CAMINOTTI, L.; BALPARDA, J.; VALDEZ, J.; MANGIATERRA, N.; HOLGATE, I.; TERRA, J. C. C.

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se no Quadro 26 a baixa variedade de autores utilizados para fundamentar estudos relativos às listas de cabeçalhos de assunto, que já não apresentaram teorias de suporte (Quadro 24). Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de que as listas de cabeçalhos de assunto, superadas (funcionalmente) pelas capacidades mais complexas dos tesauros, das ontologias e das taxonomias, não são temas mais frequentes na agenda de pesquisa da área da organização e representação da informação, (pelo menos nos últimos dez anos).

O mapeamento aqui exposto contribui como ponto de partida e direção teórica para maior conhecimento das linguagens documentais, suas concepções, aplicações e potencialidades. Tomar conhecimento desses instrumentos que atuam diretamente no tratamento temático da informação, é atuar de forma responsável para com o desenvolvimento de políticas de TTI, pois aqueles exercem influências diretas sobre essas, e são fundamentais para o ciclo documental cumprir sua principal missão, satisfazer necessidades informacionais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As políticas de TTI são imprescindíveis para que os sistemas informacionais alcancem êxito no que diz respeito aos seus objetivos e missões, que, impreterivelmente estão ligados à satisfação das necessidades de informação de seus usuários. Para tanto, é indispensável um entendimento do tratamento temático da informação como processo intermediário entre a produção e o consumo da informação, que ocupa posição nuclear no ciclo documental, e como área de conhecimento científico, que zela pela compreensão teórica de

seus processos (análise, síntese e representação), produtos (índices e resumos), e instrumentos (linguagens documentais).

Inseridas na esfera da representação do conteúdo documental, as linguagens documentais cumprem papel de grande importância, pois são elas as responsáveis pelo controle terminológico que torna factível a compatibilidade entre a representação da informação e sua posterior recuperação. Como as políticas de TTI se ocupam da formalização das atividades que envolvem o tratamento temático, notadamente a análise documental e a representação de conteúdo, essa última diretamente instrumentalizada pelas linguagens documentais, é seguro inferir que essas linguagens exercem influência direta no resultado do tratamento temático da informação. A adoção de dada linguagem documental é determinante tanto para a atividade desempenhada pelo profissional indexador (indexação) quanto para a busca de documentos por parte do usuário. Portanto a linguagem documental exerce influência não somente no tratamento temático, mas também na difusão documental, fato que de forma alguma pode ser negligenciado quando da elaboração de políticas de TTI.

Este trabalho trouxe como contribuição para este contexto um mapeamento teórico que poderá direcionar estudos voltados às linguagens documentais (que são tratadas teoricamente de maneira interdisciplinar) e à instrumentalização do tratamento temático da informação, fato que fortalece o desenvolvimento de políticas de TTI concatenadas com os instrumentos que as sustentam. Se entendermos que as LDs, sobretudo as classificações, os tesouros e as ontologias, são modos de enxergar determinado campo (seja específico, seja universal), não é descabido afirmar que o emprego desta ou daquela linguagem é um modo de o sistema de informação enxergar referido campo.

Como recomendação para futuro trabalho, destaca-se a possibilidade de verificar como esses referenciais teóricos (autores e teorias) estão abordando a inserção das LDs no contexto do tratamento temático da informação e, sua relação com as políticas de TTI.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro..